



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL III - JABAQUARA**  
**1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA AFONSO CELSO, Nº 1065, São Paulo-SP - CEP 04119-061**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1023923-97.2021.8.26.0003**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO-Liquidação / Cumprimento / Execução-Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Mario Cesar Batista Chaves Iannarelli**  
 Requerido: **Kabum Comércio Eletr nico S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcos Blank Gonalves**

Processo 1023923-97.2021.

Vistos.

Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei 9099/95.

A inicial preenche os requisitos legais, partes legítimas e bem representadas, sendo o Juízo plenamente competente para decidir a matéria em questão, inexistindo necessidade de realizao de prova técnica pericial.

No mérito, restou demonstrado que o autor adquiriu produto junto   requerida, que não foi entregue. A tentativa administrativa de resolver o problema restou infrutífera.

Em defesa, a requerida não infirmou as alegaoes da parte autora,  nus que lhe cabia, na forma da legislao consumerista.

Assinalo, por oportuno, que não houve pedido do autor para que a requerida realizasse o estorno através de "créditos em sua loja eletrônica", revelando-se abusiva tal medida, já que deixa o consumidor em excessiva desvantagem, pois o obriga a dispende o numerário em questão junto   requerida.

Desta forma, faz jus o autor ao ressarcimento do valor dispendido.

Rejeito, porém, a pretendida indenizao por lucros cessantes, visto que o autor não comprovou que desempenha a atividade econ mica em questão (minerao de criptomoedas) e tampouco demonstrou que o inadimplemento contratual da requerida inviabilizaria a referida atividade.

Quanto ao pedido de dano moral, a jurisprudência já se pacificou através do Enunciado n . 25 do Colégio Recursal da Capital do Estado de São Paulo, vejamos: "*O simples descumprimento do dever legal ou contratual, por caracterizar mero aborrecimento, em princípio, não configura dano moral, salvo se da infrao adv m circunstância que atinja a dignidade da parte*".

Ainda, "*O ressarcimento por dano moral não pode decorrer de qualquer melindre ou suscetibilidade exagerada, do mero aborrecimento ou inc modo. É preciso que a ofensa apresente certa magnitude para ser reconhecida como prej zo moral*". (TJ/SP, Ap. sem revisão n 871.749-0/2, 26  Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Renato Sartoreli.

Assim, levando-se em considerao a hipossuficiência da parte autora, é caso de acolhimento parcial do pedido, nos termos mencionados.

Posto isso, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial, para condenar a parte requerida ao pagamento de R\$ 8.212,80 (**dano material**), valor que deverá ser corrigido monetariamente desde a propositura da ao e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da citao.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL III - JABAQUARA**  
**1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA AFONSO CELSO, Nº 1065, São Paulo-SP - CEP 04119-061**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Fica a requerida autorizada a cancelar o crédito concedido em sua loja eletrônica ao autor, com o fito de evitar o enriquecimento ilícito deste.

Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95.

Preparo recursal, R\$ 488,33.

Prazo recursal, 10 dias. **Prazo comum.**

P.R.I.

São Paulo, 15 de março de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**